

ODP amplia controle de despesas do Estado

16/07/2019

CGE

A Controladoria-Geral do Estado (CGE) apresentou nesta terça-feira (16), durante reunião de secretariado, a metodologia de trabalho do Observatório da Despesa Pública (ODP), criado para fornecer informações estratégicas e produzir conhecimento para subsidiar as ações do órgão por meio do monitoramento dos gastos públicos.

Um dos primeiros trabalhos da unidade neste primeiro semestre é um olhar atento para a folha de pagamento do Governo. O ODP utiliza bases de dados para produzir informações estratégicas com objetivo de identificar fraudes, riscos, irregularidades e mau uso do dinheiro público. Segundo Raul Siqueira, controlador-geral do Estado, trata-se de um trabalho permanente dentro da CGE.

Essa análise da composição da remuneração de cerca de 274 mil servidores ativos e inativos deve ser complementada neste ano. A pesquisa conta com apoio e dados das secretarias da Fazenda e da Administração e da Previdência. “É um trabalho preliminar e que pode subsidiar a auditoria externa a ser contratada”, informou Siqueira.

Esse processo dos técnicos da CGE respeita o sigilo de informações e a Lei Geral de Proteção de Dados e ampara as decisões estratégicas dos gestores. “Com ele conseguimos dar mais agilidade e segurança ao trabalho da CGE, com intuito de garantir integridade na administração pública”, completou Siqueira.

FOLHA - A auditoria da folha salarial do Estado foi determinada pelo governador Ratinho Junior em janeiro e atinge a administração direta e autárquica. A folha de pagamento mensal do Poder Executivo é de R\$ 1,2 bilhão para ativos e R\$ 700 milhões para inativos (aposentados e pensionistas).

OBSERVATÓRIO - O Observatório da Despesa Pública foi criado em 2016 para produzir informações estratégicas voltadas à melhoria do controle e monitoramento das ações do Poder Executivo, visando o aprimoramento das atividades que norteiam o sistema de controle interno. As análises conduzidas pelos técnicos do ODP são direcionadas à identificação de situações que possam constituir indícios de irregularidades, de modo a prevenir suas ocorrências.